

Há Cem Anos a Guerra Russo Japonesa. Consequências Diplomáticas. Equilíbrio Internacional e Europeu.

Brigadeiro-general
José Miguel Moreira Freire



Introdução

Foi há cem anos que o mundo assistiu a uma guerra que viria a marcar a história da primeira metade do século XX. A Guerra Russo-Japonesa não só influiu no equilíbrio de poderes entre as potências dominantes na altura, como serviu de ensaio a um tipo de conflito militar que, dotado de novas tecnologias, eclodiria mais tarde, na Europa, marcando-a penosamente pela severidade dos combates que se traduziu em milhões de mortes nos campos de batalha.

A Guerra Russo-Japonesa, apesar de distante no tempo, continua a ser importante para a compreensão do mundo tal qual era no início do século XX e para a forma como este caminhou para a 1ª Guerra Mundial.

A problemática do pós-Guerra Russo-Japonesa e do conseqüente reequilíbrio do poder no Extremo Oriente e na Europa, com as conseqüentes repercussões nas alianças entre as potências mundiais, constitui o tema central deste artigo. Objectivamente a questão é perceber até que ponto as conseqüências diplomáticas da Guerra Russo-Japonesa foram determinantes no eclodir da 1ª Guerra Mundial. Sobre esta matéria defendemos que, mais do que qualquer outra crise que envolveu as potências europeias, a Guerra Russo-Japonesa teve o papel iniciador e decisivo para a criação do sistema de alianças bipolar que, entre outras razões, foi causa profunda da Primeira Guerra Mundial.

Volvidos quase cem anos deste conflito, o facto da bibliografia que o versa continuar a aumentar, é sinal da sua importância. De uma forma geral as obras centram-se mais nas causas do que nas conseqüências. O facto de ser um conflito “longe” de Portugal talvez justifique a dificuldade em encontrar alguma bibliografia para além das obras mais comuns. Não deixa de ser interessante o facto da Revista Militar, nos anos de 1904 e 1905, ter dedicado bastantes páginas a este conflito provando, como também hoje o faz, o

seu interesse e empenho em compreender os conflitos que lhe são contemporâneos.

O artigo está articulado em quatro secções que resultam da “divisão” do próprio tema.

Na primeira secção é feita uma breve caracterização do mundo antes de 1904 e das origens para o eclodir do conflito entre a Rússia e o Japão. Correlativamente defendemos ter sido a aliança Anglo-Japonesa determinante para a iniciativa do Japão atacar a Rússia e fazê-lo de acordo com o seu calendário de interesses.

Na segunda secção é abordada a guerra propriamente dita, onde fazemos uma breve referência à influência das batalhas de Mukden e Tsushima no desenvolvimento da vontade dos beligerantes para encetarem conversações de paz. Sobre estas, defendemos que o tratado alcançado favoreceu os dois beligerantes mas, principalmente, e ao contrário do sentimento da época, foi o Japão que tirou os maiores dividendos.

A terceira secção centra-se nas consequências diplomáticas. Identificamos as três grandes consequências deste conflito:

- A aproximação da Grã-Bretanha à França, que a guerra veio acelerar e consolidar;
- A convenção anglo-russa, para a qual a França foi o interlocutor por excelência;
- A *tripla entente*, como corolário da aproximação sucessiva, primeiro da França e Grã-Bretanha, depois entre a Grã-Bretanha e a Rússia e finalmente, como um puzzle que se encaixa facilmente, a junção das três peças.

Por fim, a quarta e última secção centra-se no Equilíbrio Internacional e Europeu. O argumento desta secção é de que a Guerra Russo-Japonesa foi o acontecimento que iniciou e estabeleceu a bipolarização das alianças que mais nenhuma outra crise, entre as potências europeias, viria a ser capaz de alterar e que seria uma causa profunda para a Primeira Guerra Mundial. Por isso, percorremos as crises na Europa e no Pacífico, precisamente as duas áreas geográficas cujo equilíbrio, determinado por este conflito, foi determinante no equilíbrio mundial.

I. O Percorso até à Guerra

Nas vésperas de eclodir o conflito entre Russos e Japoneses, o mundo continuava um percurso de desenvolvimento e de euforia económica iniciado uma dezena de anos antes. O aparecimento e a utilização de novas fontes de energia, como o petróleo e a electricidade, levou a um aumento significativo da actividade industrial. A competição económica entre potências fazia-se sentir a dois níveis: por um lado, na capacidade de escoar a produção com o consequente cuidado de garantir a exclusividade dos mercados, por outro, controlar, no mundo, as fontes de matérias primas.

A publicação, em 1859, da “Origem das Espécies” de Darwin, teve o efeito de gerar também a ideia de que existiria um darwinismo social que justificaria a subjugação de determinados povos por outros, tal como na natureza se passa com os seres vivos. A derrota chinesa na guerra de 1894-95 com o Japão, a humilhação da Espanha pelos

Estados Unidos no breve conflito de 1898, e o recuo francês frente à Grã-Bretanha no incidente de Fashoda, no Alto Nilo (1898-99), foram todos interpretados como provas de que “a sobrevivência do mais capaz” ditava a sorte das nações tal como nas espécies animais.

As lutas das grandes potências já não eram apenas por questões europeias mas por mercados e territórios que se estendiam por todo o mundo. Os Estados continuavam a alimentar um sentimento nacionalista que afectava não só a mentalidade colectiva dos povos subjugados a uma dominação estrangeira, mas também os Estados com uma população homogénea. Nestes últimos traduzia-se, entre outros casos, pela vontade de afirmar o poder do Estado e de aumentar o seu prestígio e a sua influência no mundo.

Qual tinha sido então, o percurso do Japão e da Rússia até ao dia 8 de Fevereiro de 1904?

I.1. O Japão

O Japão manteve-se isolado por cerca de 200 anos, mas quando foi visitado por frotas navais Americanas e Russas, em meados do século XIX, constatou que os navios destes visitantes navegavam sem auxílio de velas e contra o vento. Este facto deixou clara a irrelevância do seu “poder”. O Japão precisava de “despertar” deste “longo sono”¹ que o manteve voltado para si mesmo enquanto as potências ocidentais se forjavam, adquirindo conhecimento, poder, bem-estar e possessões em todo o mundo. Ao contrário da China que apesar de “aberta” às potências europeias continuou arreigada à sua civilização tradicional, o Japão aproveitou a sua “abertura” para, através do contacto com o ocidente, adoptar as mais modernas técnicas e assim remodelar profundamente as suas velhas estruturas económicas e sociais.

Em 1868 o Japão iniciou um rigoroso programa da modernização denominado *fukoken kyohei* o que significava “País rico, Exército forte”. Tratava-se não só de modernização física mas também de um grande esforço na área da endoutrinação com vista a um forte sentimento nacionalista. A causa desta transformação, efectuada pela Restauração Meiji a partir de 1868, foi a disposição de membros influentes da elite japonesa de evitar a dominação e colonização pelo Ocidente, como parecia estar a acontecer noutros pontos da Ásia, nomeadamente na China. Essa reforma seria realizada mesmo que significasse o abandono da ordem feudal e enfrentasse a acerba oposição dos clãs dos samurais. O Japão tinha de ser modernizado não porque empresários individuais assim o desejavam, mas porque o “Estado” precisava disso².

A emergência do Japão como grande potência reflectiu a preocupação com a sua própria segurança. Para estar seguro, o Japão precisava de desenvolver as mesmas capacidades económicas e militares das potências ocidentais, para assim poder competir com elas. No Japão de Meiji, as políticas domésticas, foram por isso, condicionadas com as preocupações da sua política externa³. Embora um país pequeno e pobre em recursos minerais e energéticos, o Japão conseguiu impor-se como potência industrial através da criação de indústrias modernas que, dirigidas por grandes famílias e com visão,

conseguiram transformá-lo num exportador de produtos fabricados e um importador de matérias primas. Vender tornou-se pois, uma absoluta necessidade para o Japão.

Como era incapaz de fazer escoar os seus produtos para os mercados europeus e americano (os produtos eram de fraca qualidade e a clientela destes mercados exigente), virou-se para os mercados do continente asiático, especialmente o da China, onde os baixos preços praticados pela sua indústria tinham a possibilidade de atrair uma população de fracos recursos económicos.

Na Coreia, o Japão quis mais do que a influência que já detinha na governação da península. “Criou” tumultos, enviou tropas e, sem aviso a Pequim, substituiu o rei por um regente para instrumento do seu domínio. Pequim não gostou e enviou tropas. Dava-se início à guerra sino-japonesa. Nesta guerra, ganha com relativa facilidade, o Japão, viu na vitória a aplicação do investimento que nos últimos anos tinha feito na tecnologia que equipava o seu exército e marinha bem como na doutrina que os articulava e permitia o seu emprego eficaz.

I.1.1. A vitória na guerra Sino-Japonesa

Com a vitória na guerra Sino-Japonesa e com a assinatura do Tratado de Shimonoseki a 17 de Abril de 1895, o Japão conseguiu um conjunto de conquistas que assustaram as potências europeias ao ponto de estas o pressionarem no sentido de as renunciarem.

A posse da península de Liaotung e em concreto Porto Artur, era um rude golpe para as aspirações da Rússia na Manchúria. Mas não era só a Rússia que estava preocupada com o domínio dos Japoneses na China. São Petersburgo foi capaz de convencer a França e a Alemanha deste perigo e pressionar o suficiente para que o Japão devolvesse o que tinha conseguido militarmente e que constituía orgulho para o seu povo. O Japão não tinha aliados e, com a ameaça de uma intervenção militar estrangeira, o governo nipónico foi convencido a fazer concessões, que a troco de um aumento da indemnização chinesa, se materializou na devolução da península de Liaotung, por esta, nas mãos do Japão, constituir um obstáculo permanente à paz no Extremo Oriente.

A pesada indemnização exigida pelo Japão acabou por ser usada contra si. Pela incapacidade de a pagar, a China aceitou a “colaboração” russa. Em troco, a Rússia podia construir o caminho de ferro transiberiano pela Manchúria facilitando a instalação de habitações dos trabalhadores russos bem como a implementação de um exército de protecção ao caminho de ferro. Estavam criadas, sem recurso à guerra, as condições para o domínio russo desta tão ambicionada parte da China⁴.

O Japão ficou muito ressentido com esta intervenção das potências, especialmente com a Rússia. No entanto é curioso verificarmos que a Grã-Bretanha não participou nesta pressão feita ao Japão para devolver as suas conquistas. A Grã-Bretanha começava a ver que o Japão podia ser um aliado seu contra a Rússia no Extremo Oriente⁵. Convidada a juntar-se à iniciativa destas potências, a Grã-Bretanha esquivou-se porque, se dizia em

Londres que os interesses britânicos não tinham sido lesados ao ponto de se justificar uma intervenção⁶. Há 40 anos que a Grã-Bretanha observava o avanço da Rússia em direcção a sul, através da Ásia central e olhava com receio e apreensão para a sua jóia imperial, o subcontinente indiano. Ao longo das fronteiras Afegã e Persa, a Grã-Bretanha via ameaçados os seus interesses pelo expansionismo russo. Também, mas em menor grau, as actividades da Rússia na Manchúria ameaçavam a posição predominante que a Grã-Bretanha detinha no comércio da China⁷. Portanto, pressionar o Japão era favorecer o jogo da Rússia no Extremo Oriente, precisamente, o que a Grã-Bretanha temia.

I.1.2. A Aliança Anglo-Japonesa

A Aliança Anglo-Japonesa materializa o fim do isolamento da Grã-Bretanha e do Japão. O tratado defensivo é assinado a 30 de Janeiro de 1902 e publicado 10 dias mais tarde.

Alertados para a comunhão de interesses pelo embaixador nipónico em Londres, e sensíveis a um sentimento de uma certa fraqueza, consequente da guerra dos Boers, os britânicos assinaram o Acordo mesmo antes de terminar essa guerra. Este, por sua vez, permite ao Japão romper o isolamento diplomático em que os europeus o tinham mantido.

A segunda guerra dos Boers (1899-1902) tinha mostrado à Grã-Bretanha que estava demasiado “dispersa” e que lhe faltavam aliados significativos, precisamente numa altura em que as potências europeias se tinham dividido em duas alianças opostas. O seu exército tinha revelado algumas deficiências e enfrentava a possibilidade de se defrontar com as potências - França, Alemanha e Rússia - em várias regiões do mundo, cada uma com a determinação de aproveitar a fraqueza relativa da Grã-Bretanha⁸. Desde o início da guerra, e, para chegarem até aos acordos de paz em 31 de Maio de 1902 em Vereeniging, os Britânicos tinham mobilizado quase 500.000 soldados brancos de todo o império britânico auxiliados por quase cerca de 100 000 trabalhadores não-brancos⁹.

Esta aliança permitiu aos britânicos concentrar a sua diplomacia noutras regiões do mundo onde esta melhor podia salvaguardar os interesses britânicos¹⁰, para além de salvaguardar interesses na Índia e negócios na China¹¹. Ao promover esta aliança, os estadistas britânicos também esperavam diminuir o ónus estratégico na China pois ao ganhar o apoio da esquadra japonesa no Extremo Oriente, reduziam algumas pressões sobre as localizações da marinha britânica e melhoravam as suas perspectivas de consolidação em tempo de guerra¹². O tratado foi negociado secretamente em Londres e os termos principais incluíam o reconhecimento de que o Japão tinha um interesse especial na Coreia e a promessa de que, se algum dos dois signatários entrasse em guerra com duas ou mais potências, o outro deveria vir em seu auxílio.

Na Europa, esta aliança com uma potência “asiática” provocou algum escândalo nas chancelarias. Os Estados- Unidos, pelo contrário, encararam-na como uma garantia de paz no Extremo Oriente e como um travão à política exclusiva da Rússia nessa região. Surgiu assim, no dealbar do século XX, uma política para o Extremo Oriente em que “os concorrentes da Europa” - Estados Unidos e Japão, apoiando-se na Grã-Bretanha,

manifestaram a sua vontade de partilhar os mercados comerciais e as vantagens económicas com as potências do velho continente¹³.

Westwood, no seu livro *"Russia against Japan, 1904-05. A new-look at the Russo-Japanese War"*, afirma que embora a argumentação dos historiadores russos de que a aliança Anglo-Japonesa serviu para empurrar o Japão para a guerra contra a Rússia não seja convincente, a verdade é que foi um importante factor para permitir ao Japão a escolha do momento certo para o início das hostilidades¹⁴. Apesar da origem da Guerra Russo-Japonesa não ser o tema central deste artigo julgamos pertinente determo-nos um pouco nesta afirmação que Westwood faz.

Vejamos com um pouco mais de atenção a seguinte questão: o que distingue o Japão face às outras potências europeias, nomeadamente a Rússia, no fim do conflito Sino-Japonês em 1895 e no início do ano de 1904?

O Japão já não estava sozinho diplomaticamente. Em termos de implantação territorial a situação era-lhe até menos vantajosa - já não estava em Porto Artur nem controlava a Península de Liaotung - era a Rússia que o fazia. Em 1895, para além de já estar em território conquistado, o Japão tinha ainda umas forças armadas vitoriosas e bem equipadas, por isso bastante motivadas, faltava-lhe apenas companhia diplomática. Ora em 1904 a situação era inversa, uma aliança com a Grã-Bretanha, permitia, pelo menos aparentemente, fazer frente a uma investida militar de uma coligação de países. Desta forma entendemos que esta aliança, mais do que um factor importante para escolher o momento para o início das hostilidades, foi determinante na opção do Japão em escolher a via militar para travar o expansionismo russo na Manchúria.

Esta aliança significou também uma estreita parceria técnica e táctica. No domínio técnico, e em particular nas Transmissões Sem Fios, a tecnologia fornecida pelos britânicos que constituiu o equipamento standard introduzido antes da guerra, foi objecto, já durante esta, de permanente atenção de observadores navais britânicos a bordo dos navios de guerra japoneses. No campo táctico, as doutrinas propostas pelo Almirante Fisher para derrotar a frota russa do Mar Negro com torpedeiros, foram usadas pelos japoneses no ataque surpresa a Porto Artur em Fevereiro de 1904¹⁵.

O grande mérito da aliança Anglo-Japonesa foi permitir que o Japão se aventurasse contra a Rússia e o fizesse em tempo de impedir que a construção naval russa permitisse dar um salto qualitativo e quantitativo ao ponto de desequilibrar, favoravelmente para o lado russo, a balança do potencial de combate dos dois países.

I.2. A Rússia

À Rússia bastava-lhe o seu imenso território e a sua população numerosa para ter um estatuto de potência mundial. Em 1856, depois de uma humilhante derrota na guerra da Crimeia, infligida por Franceses e Britânicos, a Rússia deixou o seu pedestal e desceu para uma entre iguais nas nações mais poderosas.

Tal como o Japão, também a Rússia, em meados do século XIX iniciou um processo de modernização. Mas se o processo japonês era ambicioso e visava igualar o país às principais potências da Europa ocidental, a Rússia, só em 1861 proclamava o fim da servidão. As reformas levadas a cabo pelo czar Alexandre II foram pouco ambiciosas e a dimensão territorial e populacional que no fundo constituíam a razão de ser de um estatuto de potência foram para Alexandre II a razão para a ideia que só um sistema autocrático seria capaz de governar este país.

Enquanto o Japão prosperava nas suas reformas, a Rússia crescia fechada em ciclos viciosos; quanto mais o governo se tornava relutante a reformas liberais, mais se radicalizava a oposição. Nos anos oitenta e noventa houve algum desenvolvimento económico, o capitalismo e industrialização chegaram como resultado de investimento e conhecimento estrangeiro. Quanto mais o estado retinha formas de controlo (por desconfiança dos capitalistas) mais estes desenvolviam formas burocráticas de bloqueio. É neste período que sob o impulso do ministro Witte, a Rússia se moderniza a um ritmo acelerado, praticando uma política sistemática de empréstimos e de apelo ao investimento estrangeiro (no início do século XX, mais de um terço das acções das sociedades anónimas estavam nas mãos do ocidente), o governo desenvolvia os caminhos de ferro e a frota fluvial, fomentava novas regiões industriais, protegia a indústria russa por meio de tarifas proteccionistas, criava escolas profissionais, estabilizava a moeda, ligando o rublo ao padrão ouro¹⁶. O que é importante realçar é o desfasamento no desenvolvimento entre a Rússia e o Japão. Enquanto só agora a Rússia desabrochava economicamente, pagando com a desagregação social da sua sociedade - a grande maioria camponeses tinha migrado para as grandes cidades - o Japão via já na Guerra Sino-Japonesa os resultados práticos do seu investimento e via aumentar a sua determinação e auto-confiança.

No início do século XX, enquanto o Japão tinha uma identidade própria como povo, os Czares governavam uma população de cerca de 130 milhões, não só desagregada culturalmente mas também com focos de instabilidade consequência do atrito com minorias religiosas, nacionais e com um proletariado operário com as piores condições da Europa. Estes eram os aspectos essenciais da crise social que se ia avolumando.

1.2.1. Aliança Franco-Russa e a conquista da Manchúria

No plano das relações exteriores e face ao Extremo Oriente, existiam, na Rússia, diferentes formas de o encarar. O Ministro das Finanças Sergei Witte encarava a China como uma arena para uma penetração pacífica. A sua doutrina apontava para o estabelecimento de uma influência política e económica nestas terras estrangeiras sem as governar directamente como colónias. Para o ministro da guerra, Aleksei Kuropatkin, o seu vizinho a oriente causava pesadelos acerca de um “perigo amarelo”, os muitos milhões de chineses eram uma “torrente irresistível amarela” que podia rapidamente engolir os poucos milhões de brancos que viviam na Sibéria russa. Esta visão imperialista de Kuropatkin em relação a oriente era inteiramente defensiva¹⁷. Havia ainda uma terceira visão para o oriente: a Rússia devia regressar às suas origens asiáticas. Muitos

acreditavam que os dois séculos sobre dominação Mongol tinham trazido a Rússia para mais perto do oriente do que do ocidente¹⁸.

Quando a Rússia se virou para o Extremo Oriente teve de acautelar uma eventual acção da Áustria-Hungria ou da Alemanha, enquanto estivesse comprometida a Este, e a França pareceu disposta a fazer o jogo da aliança de revés. A França também não tinha esquecido e muito menos perdoado a anexação, pela Alemanha, da Alsácia e da Lorena em 1871. Votada a um isolamento diplomático por força da política Bismarquiiana e receosa da poderosa vizinha Alemã, à França só restou a alternativa de se aliar à grande Rússia.

Desde os primeiros contactos até à sua concretização, a aliança Franco-Russa levou cerca de dois anos. A 27 de Agosto de 1891 foi assinado um primeiro acordo político e depois, a 17 de Agosto de 1892, foi assinada uma convenção militar. Mesmo assim, ainda foram precisos cerca de dezoito meses para que os dois governos ratificassem esta última convenção.

Durante a década de noventa, o Império Otomano sofreu, em vários pontos do seu território ataques relacionados com as várias nacionalidades que o constituíam, obrigando-o a usar a força e a cometer algumas atrocidades. A Grã-Bretanha apoiou os povos revoltosos e, numa atitude inédita, admitiu a ideia da divisão do império otomano. Quando tudo fazia crer que a Rússia se empenharia nesta causa para o tão ambicionado desmembramento do Império Otomano, que a levaria ao Mediterrâneo para controlo dos estreitos e expansão territorial para a Península Balcânica, a verdade é que se mostrou favorável à manutenção do *statu quo*. Mas o que levou os Russos a tornarem-se defensores da integridade da Turquia, foi a vontade de terem as mãos livres no Extremo-Oriente. Todo o interesse se centra nessa parte do mundo onde outro “homem doente”, o Império Chinês, despertou as cobiças europeias. Empenhada nos seus empreendimentos longínquos, a Rússia desejou, portanto, a manutenção do *statu quo* no Império Otomano para não ter que intervir nos Balcãs¹⁹.

Como já foi referido anteriormente, o receio do expansionismo japonês conduziu a Alemanha e a Rússia a pressionarem o Japão para devolução dos territórios conquistados. A situação não podia ser melhor para a Rússia levar a bom termo as suas aspirações na região, nomeadamente: fazer de Porto Artur o terminal transiberiano e alargar a sua influência à Manchúria e eventualmente à Coreia. Por isto toma a iniciativa do *break-up* da China. Com ajuda de capitais franceses, ajuda a pagar a indemnização de guerra ao mesmo tempo que conquista pacificamente, com o transiberiano e algumas tropas para segurança deste, a península de Liautung e parte da Manchúria, precisamente o que o Japão tinha devolvido depois de conquistado militarmente.

A conquista de mercados industriais e de reservas de matérias primas sempre foi uma questão vital para o Japão. A Coreia e a Manchúria podiam fornecer ambos desde que se desalojasse os Russos, cuja influência na região tinha vindo a aumentar desde 1895. Com o controlo da Península de Liautung e a penetração da Manchúria, a Rússia substituiu a

China como ameaça ao Japão porque estava em condições de dominar a Coreia e daí ameaçar o próprio Japão.

II. A Guerra

Nesta secção debruçarmo-nos sobre o conflito em si. A perspectiva histórico-militar é necessária para o contributo em três pontos que consideramos importante analisar face ao tema:

- Até que ponto as Forças Armadas de ambos os contendores são reflexo das políticas domésticas que por sua vez ambicionavam formas diferentes de imperialismo, nomeadamente, a doutrina de emprego dos seus meios e a forma de comando e controlo;
- Num segundo ponto, as batalhas propriamente ditas. Como é que os resultados no terreno foram condicionando a disposição dos contendores para o tratado de paz?
- Por último, os acordos de paz, como última arena de combate para obtenção de resultados em dois patamares distintos - a imagem de cada um dos países face às outras potências mundiais e a tranquilidade dos respectivos povos na terra pátria.

II.1 As Forças Armadas dos dois países

Ambos os países tinham as suas forças armadas constituídas à base da conscrição. No Exército Japonês era de três anos e depois nove na reserva. No Exército Russo era de cinco anos, embora só fizessem quatro e depois mais treze a catorze na reserva.

II.1.1. Os Exércitos

No início do conflito a Rússia tinha o maior exército em armas - 1 350 000 homens - mas a maior parte estava na Europa. No Extremo Oriente russo só tinha 98 000 homens mais 24 000 tropas locais e 198 peças de artilharia²⁰. O Japão, muito mais próximo do teatro de operações, tinha um exército por mobilização de 375 000 homens com 1 140 peças de artilharia e 147 metralhadoras²¹.

O Japão, desde 1868, tinha iniciado um rigoroso programa de modernização *fukoken kyohei* "País rico, Exército forte". Este programa de modernização não visou somente os equipamentos, mas também a formação dos seus quadros e a doutrina de emprego dos meios e de comando e controlo. Para a formação dos seus oficiais mais promissores o Japão investiu enviando-os para as escolas na Prússia. O General prussiano von Meckel foi quem, em 1885, iniciou o Exército Japonês e permitiu a organização de um competente e profissional Estado-Maior. Em 1904 estava criado um corpo de oficiais altamente competente, bravo e dedicado.

No Exército Russo a formação burocrática dos oficiais assentava na preocupação de evitar a culpa em vez de promover a iniciativa e a competência técnica²².

II.1.2. As Marinhas de Guerra

A Marinha de Guerra da Rússia era muito maior que a do Japão só que estava dividida pelo Mar Báltico, Mar Negro e Oceano Pacífico, enquanto a do Japão estava concentrada nas suas águas. O tempo que cada uma dedicava ao treino viria a ser determinante nos resultados. Os navios russos passavam pouco tempo no mar e dedicavam poucas munições ao treino das peças de bordo. Reflexo de um espírito burocrático e uniformizador, a frota do Mar Negro passava, em terra, os mesmos seis meses que a Frota do Báltico passava, devido ao congelamento do Golfo da Finlândia, embora o Mar Negro não congelasse²³.

Por seu lado a Marinha Japonesa, debaixo de instrução britânica, passava muito mais tempo no mar e treinava com mais intensidade. Os marinheiros japoneses tinham nascido na costa ou perto dela e muitos eram pescadores, inclusive de baleias e até mesmo piratas. Por outro lado, os marinheiros russos nunca tinham visto o mar até ao dia que ingressavam nas fileiras. Todos os marinheiros japoneses eram letrados enquanto os russos não. Os efeitos destas diferenças não são quantificáveis, mas os navios a vapor eram na altura os sistemas de armas mais avançados tecnologicamente - tal como agora não é na mão de analfabetos que se obtém, de sistemas tecnologicamente evoluídos, o máximo da sua eficiência²⁴.

Desde a Guerra Franco-Prussiana, os armamentos tinham sofrido avanços notórios. O mais radical foi o emprego generalizado da espingarda de repetição de calibre reduzido dotada de carregador e accionada por pólvora sem fumo, utilizada pela primeira vez em grande escala na Guerra dos Boers. A lição que se podia ter extraído desta campanha apontava para o fim dos ataques frontais, que até então eram executados com êxito²⁵. Além de ser adoptada a espingarda de repetição, também a primitiva metralhadora de 1870 tinha dado lugar a outras mais aperfeiçoadas, onde assumiu um papel de relevo a metralhadora Maxim.

As Forças Armadas de ambos os contendores eram pois o espelho do espírito empreendedor, da iniciativa e motivação dos seus povos. Se para os japoneses eram claros os propósitos da guerra, para os russos o mesmo não se passava, sendo o território em causa longe do coração russo. Se para os comandantes japoneses o dia-a-dia era o continuar de um espírito empreendedor dirigido por iniciativa, começado umas décadas antes e consolidado já em combate na guerra sino-japonesa, para os russos era o arrastar de um espírito burocrático e de muito pouco arrojo. No início do século XX, a mística de exércitos invencíveis ainda existia. Se, como concluíram todos os peritos militares, o moral e a disciplina ainda fossem condições vitais de poderio nacional, o Japão tinha-os em abundância²⁶. O espírito Samurai, ao que parecia, podia conseguir - à baioneta - a vitória no campo de batalha, mesmo na época de guerra industrializada e em massa.

II.2 As Batalhas

A 6 de Fevereiro de 1904 o Japão cortou relações diplomáticas com a Rússia e, dois dias depois, na noite de 8 para 9 de Fevereiro, sem qualquer declaração de guerra, atacou a

esquadra russa em Porto Artur. No dia seguinte afundou dois navios russos em Inchon, na Coreia. Apesar das elevadas perdas a frota russa em Porto Artur continuou a constituir uma ameaça e por isso foi bloqueada para que os japoneses pudessem transportar os seus exércitos para a península. Este desembarque foi o início de uma operação ofensiva terrestre em direcção a norte que foi obrigando os russos a sucessivas retiradas, por ordem do seu Comandante, o General Aleksey Kuropatkin. As sucessivas retiradas seriam a imagem de marca deste general, um académico e ex-Ministro da Guerra, caracterizado por um comando demasiado cauteloso²⁷. As batalhas travadas com sucessivas retiradas das tropas russas tiveram por objectivo a consolidação de um potencial capaz de dar início ao contra-ataque russo.

No início de Setembro de 1904 Kuropatkin já tinha o seu exército da Manchúria com um efectivo de 214 000 homens contra 170 000 japoneses e 758 peças de artilharia contra 648. Mas a contra-ofensiva lançada em Shah-ho não foi decisiva e deu lugar a uma batalha de posições que se estendiam por uma frente de 60 quilómetros, tal como seria mais tarde na Primeira Guerra Mundial.

Tomando consciência do crescente poderio russo, os japoneses decidiram tomar Porto Artur que estava bloqueado desde o início do conflito, e sob ataque por terra, desde Maio. Os russos ainda tentaram por duas vezes furar, por mar, o bloqueio, mas sem sucesso. A 2 de Janeiro de 1905, a guarnição russa de Porto Artur rendia-se sem deixar de reivindicar para si a responsabilidade de 60.000 baixas no lado japonês.

No fim do mês de Janeiro, em San-de-pu, os russos ainda tentaram, numa operação ofensiva, flanquear os japoneses mas uma vez mais sem sucesso. Seria um mês mais tarde, em Mukden, que o Marechal Oyama tentaria infligir uma derrota decisiva aos russos. O General Kuropatkin uma vez mais romperia o contacto e retiraria em direcção a Tieling e Harbin. Ambos os comandantes tentaram, à moda napoleónica - mas em vão - destruir o exército adversário. O número de baixas foi colossal. Aproximadamente 59.800 para os russos e 53.500 para os japoneses, embora outras estimativas apontem para 156.000 para os Russos e cerca de 70.000 para os japoneses. É contudo certo que os japoneses sofreram o maior número de mortos e feridos enquanto os russos perderam o maior número para prisioneiros de guerra²⁸. A batalha de Mukden representou para o exército Japonês o pico no esforço, em pessoal e material, deixando-o numa posição enfraquecida face ao russos. Novas vitórias pareciam trazer o Japão mais perto da derrota.

Restava uma derradeira esperança aos russos: voltar a conseguir a supremacia naval para cortar as linhas de abastecimento japonesas. A frota do Báltico comandada pelo almirante Rojestvensky, recebeu, em Outubro, ordem para navegar para o Extremo Oriente.

Na longa viagem que a frota do Báltico fez em direcção ao Extremo Oriente ocorreu, na noite de 21 para 22 de Outubro de 1904, ainda no Mar do Norte, um incidente, no qual navios dessa frota, afundaram, por engano, navios de pesca britânicos. O incidente teve

mais repercussões diplomáticas do que militares pelo que o abordaremos no capítulo seguinte.

Depois de uma longa viagem de sete meses a frota do Báltico chegou, em Maio, a águas japonesas. Com falta de carvão, Rojdestvensky decidiu ir a Vladivostock, passando pelo estreito da Coreia. Lá esperava-o a frota do almirante Togo. A 27 de Maio, deu-se a batalha, perto das ilhas Tsu-Shima. A frota russa, esgotada devido à longa viagem e equipada com um armamento menos moderno, foi completamente esmagada; de trinta e sete navios, dezanove foram afundados e cinco capturados. Também as últimas esperanças do czar foram ao fundo²⁹.

Tsushima foi decisivo no mar, o mesmo não se pode dizer de nenhuma das batalhas travadas em terra. O Japão foi o vitorioso em todas elas, mas o preço de cada uma, em recursos humanos, financeiros e materiais, aproximavam-no, a passos largos para o esgotamento dos recursos disponíveis. Por outro lado, a Rússia, via as derrotas nos campos de batalha produzirem ondas de choque na estabilidade interna, que em nada ajudavam a prosseguir a guerra. De resto o seu imenso potencial humano e em material, permitiria, se analisado a longo prazo, ambicionar um volte-face na situação.

II.3 O Acordo de Paz

A paz tinha sido já considerada a diversos níveis por diversos países, incluindo o próprio Japão e após os primeiros combates. O Visconde Kaneko Kentaro tinha ido ao Estados Unidos com o objectivo específico de persuadir o Presidente Roosevelt para servir de mediador quando a ocasião fosse oportuna. Depois da queda de Porto Artur em Janeiro de 1905 e da batalha de Mukden em Março desse mesmo ano, parecia que o momento tinha chegado. A 20 de Março Kaneko voltou a encontrar-se com o Presidente Roosevelt e este transmitiu-lhe o seu desejo de actuar como mediador no processo de paz. O convite feito por Roosevelt aos beligerantes pareceria ser uma iniciativa já que não era feito, por detrás dele, nenhuma referência ao Japão³⁰.

Porquê o interesse do Presidente dos Estados Unidos em mediar o conflito se durante este, se tinha mostrado tão empenhado numa vitória do Japão?

Enquanto na Europa, Roosevelt considerava a Alemanha a principal ameaça, na Ásia estava preocupado com as aspirações russas, favorecendo, por isso, o Japão. Queria que a Rússia saísse enfraquecida, mas não fosse completamente eliminada do equilíbrio de poder. Um enfraquecimento excessivo da Rússia teria simplesmente originado a substituição da ameaça russa pela japonesa. Roosevelt compreendeu que o melhor para a América era um resultado no qual a Rússia “fosse deixada frente a frente com o Japão, de maneira que os dois tivessem uma acção moderadora um sobre o outro”³¹.

Baseando-se mais no realismo geopolítico do que no altruísmo generoso, Roosevelt convidou os dois beligerantes para a elaboração de um tratado de paz que conseguisse limitar a vitória japonesa e preservar o equilíbrio no extremo oriente³².

II.3.1. A Rússia nas vésperas da paz

Na Rússia, a instabilidade interna não era uma consequência da guerra mas sim um manifesto contra a condições de vida e de trabalho. A 22 de Janeiro, o famoso “domingo sangrento”, as greves e protestos em que São Petersburgo mergulhou foram rapidamente esmagadas por cossacos e polícia, saldando-se em milhares de mortos e feridos que vieram penalizar a reputação diplomática do Czar e tornar a continuação da guerra difícil e politicamente arriscada.

Desde o verão de 1904 que nas capitais de países neutrais, enviados do Japão falavam na paz, mas o Czar Nicolau II, assegurado pelos seus generais que a vitória estava perto, não estava receptivo à ideia de negociações para a paz. Em meados de 1905, o exército russo na Manchúria era suficientemente forte para derrotar o japonês, embora muitos russos duvidassem da capacidade e oportunidade para o fazer. Os próprios franceses, cujo apoio financeiro era indispensável, pressionavam a Rússia para a paz, enquanto a instabilidade social interna ameaçava alcançar aquilo que os japoneses não conseguiam - quebrar o moral das autoridades³³. Somente a derrota na batalha de Tsushima, em Maio de 1905, despertou o Czar para a dura realidade. Nicolau II escolheu Sergey Witte para liderar a delegação russa nas conversações de paz. Ainda que não simpatizasse com ele, o Czar sabia que Witte era de longe um dos ministros mais competentes, um excelente legado deixado por seu pai.

II.3.2. O Japão nas vésperas da paz

O povo japonês não tinha noção para o estado de catástrofe que o seu exército caminhava. Animado pelas sucessivas vitórias, pedia uma marcha pelos Urais em direcção a São Petersburgo. As vitórias seguir-se-iam umas às outras e a enorme indemnização russa compensaria todo o esforço e privação por que estavam a passar. Somente a oligarquia dirigente e alguns oficiais de estado-maior tinham noção dessa realidade. Precisavam urgentemente da paz e sabiam que não a obteriam militarmente³⁴.

Os termos de paz que o governo japonês deu a Komura, seu plenipotenciário, na partida para os EUA, foram³⁵ três condições “absolutamente indispensáveis”, ou seja, os objectivos pelos quais o governo se tinha empenhado nesta guerra:

- A Rússia reconhecer a liberdade total de movimentos do Japão na Coreia;
- A Rússia e o Japão deveriam retirar as suas forças da Manchúria;
- A Rússia deveria ceder ao Japão, Porto Artur, a península de Liaotung em conjunto com a linha de caminho de ferro da Manchúria do Sul de Porto Artur para Norte.

Quatro condições “relativamente importantes”:

- A Rússia deveria pagar uma indemnização que cobrisse os custos da guerra pelo Japão;
- Os navios russos em portos neutrais deveriam ser entregues ao Japão;
- A Rússia deveria ceder Sakhalin ao Japão;
- A Rússia deveria conceder direitos piscatórios fora da província marítima.

E duas condições “não absolutamente indispensáveis”:

- O poderio naval russo no Extremo Oriente deveria ser reduzido;
- Vladivostok deveria ser desmilitarizado.

II.3.3. Portsmouth

O Presidente Roosevelt escolheu a povoação de Portsmouth para as negociações que decorreram de 9 de Agosto a 5 de Setembro de 1905. Após algumas sessões das negociações de paz, foi evidente que haveria acordo relativamente ao papel principal do Japão na Coreia, na evacuação de ambos os países da Manchúria e à devolução de Porto Artur e da Península de Liaotung para o Japão, não tendo sido dado nenhuma importância ao que China eventualmente pensasse sobre este último assunto³⁶.

Os pontos de discórdia eram a indemnização a pagar ao Japão pela Rússia e a transferência de Sakhalin para o Japão. As negociações de paz corriam o risco de serem fracassadas por estes dois pontos que Komura, por sua iniciativa e contrariando as indicações do seu governo, tinha elevado à categoria de “absolutamente indispensáveis”. Para além do que representavam cada um destes pontos para os interesses estratégicos e económicos dos dois países, também estava em jogo a imagem de cada um para o resto do mundo. Desta forma, Witte não tinha problemas em deixar cair as negociações por recusa a qualquer indemnização passando o ónus da questão para o Japão, que aos olhos do mundo, sacrificaria a paz só por uma questão de dinheiro. Por outro lado se terminassem devido à questão de Sakhalin seria a Rússia a perder a simpatia (tão duramente conquistada pelo “charme empenhado” de Witte) uma vez que era evidente que o Japão era quem ocupava Sakhalin, e que daqui controlava o estreito de La Perouse, estrategicamente importante para si.

Vitoriosos na guerra, os dirigentes japoneses sabiam bem que a sua situação era muito frágil e que não estavam em condições de negociar nos seus termos. Incapazes de adquirir fundos extras para prosseguir financeiramente com a guerra, desinteressados em perder a razão da guerra face às outras potências, algo que no seu deflagrar tentaram arduamente justificar como tendo estado empenhados em resolver pacificamente, o tratado de paz foi assinado a 5 de Setembro de 1905. A solução foi de compromisso relativamente a Sakhalin mas de não pagamento de indemnização por parte da Rússia.

Derrotados nos campos de batalha, os russos tinham todas as razões para estarem satisfeitos com o seu (entenda-se, de Witte) desempenho na paz. Por outro lado, os japoneses receberam, incrédulos e com o sentimento de terem sido traídos, os resultados dos acordos de paz.

Parece tentador afirmar que o Japão tinha vencido a guerra mas perdido a paz. Mas se analisarmos numa perspectiva de longo prazo, veremos que o não pagamento da indemnização, ao contrário do que aconteceu dez anos antes com a exigência de indemnização à China, terá jogado a seu favor:

- Talvez houvesse razões para o governo japonês considerar a questão da indemnização de guerra de “relativamente importante”; Por um lado, o pagamento de uma indemnização arrastaria os “resultados” da paz por um período prolongado, gerando, como é habitual, a manutenção, ou inclusive, o agravamento de um estado de desconfiança ou sentimento de vingança entre os antigos beligerantes. Ora, não foi isto que os anos seguintes nos mostraram. Os acordos Russo-Japoneses de 1907 e 1910 conduziram o Japão a reconhecer a influência russa na Mongólia e na Manchúria do norte, enquanto a Rússia reconhecia a influência do Japão na Coreia e na Manchúria do sul.

- Por outro lado, a indemnização seria uma visão muito limitada dos resultados da guerra. O fim da guerra marcou o início de uma espectacular expansão do Japão. Além das vantagens conseguidas com o tratado de Portsmouth, ratificadas alguns meses mais tarde pelo governo chinês, o Japão conseguiu, entre 1907 e 1913, novas concessões que lhe permitiram alargar a sua acção a zonas situadas fora do território arrendado da “zona da via férrea”.

Em dez anos, os japoneses transformaram a Manchúria meridional num país de 25 milhões de habitantes, aos quais se juntaram 50.000 colonos nipónicos, “uma coutada” de que se afastaram aos poucos os concorrentes europeus e americanos e que foram ligar, através do caminho de ferro, à Coreia, que entretanto se tornou território japonês³⁷.

O estado de paz que se prolongou por cerca de trinta e cinco anos entre estes os dois países foi a grande conquista que ambos, mas mais o Japão do que a Rússia, foram incapazes de valorizar em 1905. Seria quase impossível para o Japão obter condições mais vantajosas do que aquelas que foram conseguidas. Querer acrescentar às exigências satisfeitas, uma “justa” indemnização de guerra era, por esse mesmo preço, comprar o comprometimento da paz que se seguiu e que foi a condição de base para a recuperação e consequente expansão do Japão.

III. Consequência Diplomáticas

A guerra Russo-Japonesa é um conflito regional mas cujas repercussões, desde o seu início, se fazem sentir ao nível das potências europeias. São três as grandes consequências diplomáticas deste conflito:

- O acelerar e consolidar da aproximação da Grã-Bretanha à França;
- A Convenção Anglo-Russa, patrocinada pela França;
- A criação da *Tripla Entente*, como corolário dos dois pontos anteriores.

Ainda que sem o peso das três consequências anteriores, a Guerra Russo-Japonesa teve naturais repercussões no relacionamento do Japão com a outra jovem potência emergente - os Estados Unidos.

III.1. Aproximação da Grã-Bretanha e da França

As alianças que tanto a Rússia como o Japão tinham antes do eclodir da guerra mostraram-se extraordinariamente importantes no desenrolar desta, não porque tenham levado à “mundialização” do conflito mas precisamente porque restringiram o conflito aos dois contendores iniciais.

As manifestações de aproximação da Grã-Bretanha à França começaram em 1902, depois de fracassadas as negociações da Grã-Bretanha com a Alemanha, mas só a deflagração das hostilidades no Extremo Oriente é que levou Londres e Paris a encerrar rapidamente as suas discordâncias coloniais e a concluir a *Entente Cordiale* a 8 de Abril de 1904, precisamente dois meses após o ataque de surpresa dos Japoneses a Porto Artur.

Desde o início da década de oitenta do século XIX até ao início do século XX, as relações anglo-francesas nunca foram serenas, pelo contrário, as suas rotas chegaram quase a colidir ao ponto de deflagrar uma guerra entre os dois países. Tudo se complicou a seguir à ocupação britânica do Egipto em 1882. A partir de 1884, os dois países empenharam-se numa crescente corrida naval, que do lado britânico estava associado à possível perda da sua linha mediterrânea de comunicações e (ocasionalmente) aos receios de uma invasão francesa pelo canal da Mancha. Ainda mais persistentes e ameaçadores eram os frequentes choques coloniais. Zangaram-se em relação ao Congo em 1884-1885 e em relação à África Ocidental durante as décadas de 1880 e 1890. Em 1893, pareciam estar à beira da guerra pelo Sião. A crise mais grave ocorreu em 1898, quando a sua rivalidade de dezasseis anos sobre o controle do vale do Nilo chegou ao auge no confronto entre o exército de Kitchener e a pequena expedição de Marchand, em Fashoda³⁸.

Ainda sofrendo da angustia da sua derrota com a Alemanha na guerra franco-prussiana de 1870, a França percebeu claramente que a principal ameaça vinha da sua vizinha altamente industrializada, a Alemanha. A Aliança com a Rússia era insuficiente para a sua protecção.

Com a morte da Rainha Vitória em 1901, Eduardo VII sucedeu ao trono Britânico. Este monarca tinha muita simpatia por Paris e Paris por ele. Quando acabou a Guerra dos Boers, as relações entre estes dois países começaram a melhorar e cedo encaminharam-se para uma *Entente Cordiale*³⁹.

Foi o apoio da frota francesa como um instrumento que permitiria assegurar a guarda do Mediterrâneo e deixar à Grã-Bretanha concentrar os seus esforços no Mar do Norte, que explica as tentativas de aproximação à França, uma vez que o contrato não interferiria demasiado com a liberdade de acção de Londres⁴⁰. Curioso é que em Julho de 1903, quando a *Entente* estava ainda a ser negociada, um representante francês em Londres disse ao ministro dos negócios estrangeiros, Lord Lansdowne, que a França tudo faria para aliviar a Grã-Bretanha das pressões da Rússia em qualquer outra parte⁴¹.

A Grã-Bretanha seria de uma “neutralidade benevolente” em relação ao Japão, se este combatesse contra um só inimigo, mas teria de prestar ajuda militar caso este tivesse de combater contra mais do que um país. O acordo Franco-Russo era de teor semelhante

pelo que, a menos que Londres e Paris concordassem em não entrar em conflito por terceiros, a sua nova amizade não seria colocada em risco. Paul Kennedy no seu livro “Ascensão e Queda das Grandes Potências”, afirma que adicional à Guerra Russo-Japonesa existem outros dois factores determinantes: primeiro, a desconfiança crescente que ambos nutriam pela Alemanha, agudizada pelos esforços diplomáticos do chanceler alemão para estimular a guerra no Extremo Oriente e assim envolver ambos. Segundo, o facto de a esquadra de alto-mar alemã, com um alcance e um tipo de navios que sugeria ter sido concebida com o pensamento voltado para a Grã-Bretanha, fazia com que o almirantado britânico pensasse em medidas neutralizadoras⁴². O tratado não continha nenhuma cláusula de política geral. Não unia o destino das duas nações numa aliança comparável à que tinha sido assinada entre a França e a Rússia mas criava um clima de cordialidade entre as duas antigas rivais abrindo um caminho para uma aproximação mais estreita⁴³.

O grande valor da *Entente* Anglo-Francesa era pelo facto desta não só melhorar a posição britânica face à França mas porque providenciava uma base de apoio para um eventual acordo Anglo-Russo.

III.2. Convenção Anglo-Russa e a Tripla Entente

O caminho das relações entre a Rússia e a Grã-Bretanha até à assinatura da Convenção Anglo-Russa a 31 de Agosto de 1907, pode dizer-se, por muito paradoxal que pareça, que começou no conflito Russo-Japonês. Tal como a *Entente* anglo-francesa, o acordo britânico com a Rússia começou com um acordo colonial.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros Britânico, Lord Lansdowne, sabia que o equilíbrio diplomático que pretendia construir no período pós-guerra Boer, estaria ameaçado com uma guerra entre a Rússia e o Japão. Lord Lansdowne terá inclusive comentado que as relações da Grã-Bretanha com a Rússia e a Alemanha eram tensas e que a posição internacional da Grã-Bretanha seria incerta, a menos que as relações com uma destas potências melhorasse⁴⁴. A impossibilidade de um acordo com a Alemanha, abriu o caminho para a Rússia.

Durante a guerra russo-japonesa, o relacionamento entre Grã-Bretanha e Rússia apresentou três momentos⁴⁵ que importa destacar.

O primeiro esteve relacionado com a defesa da Índia. Este problema emergiu logo depois do ataque a Porto Artur pois poderia haver vontade do governo do Czar de combater os dois membros da Aliança Anglo-Japonesa. Claro que as avaliações militares e navais no terreno não confirmavam estas suspeitas dos diplomatas, e os reveses no Extremo Oriente levaram, para sossego dos britânicos, São Petersburgo a adoptar uma atitude mais conciliatória com a Grã-Bretanha, na Ásia Central.

O segundo, prende-se com a questão dos direitos beligerantes marítimos. Pelos precedentes aceites internacionalmente, as potências beligerantes tinham o direito de,

em tempo de guerra, emitir listas de contrabando, formar tribunais⁴⁶ e bloquear o inimigo para interceptar navios neutros para abordagem e inspecção das suas cargas. Se fossem encontrados bens de contrabando, o navio podia ser escoltado até um porto desse beligerante para julgamento em tribunal. Os russos não fizeram mais do que operar com uma frota de marinha mercante no Mar Negro, comandada por oficiais de reserva, que se transformava, facilmente numa frota de guerra pronta a participar em operações navais. Esta “Frota Voluntária”, era assim que era designada, levou ao rubro o governo britânico quando numa ocasião confiscou um navio a vapor britânico e mais tarde, em Agosto de 1904, no Oceano Índico, parava navios britânicos. Os britânicos estavam dispostos a não se empenhar no conflito do Extremo Oriente mas esse afastamento não podia ir ao ponto de comprometer os seus interesses, ou mesmo de unilateralmente, os russos, comprometerem compromissos internacionais importantes ao equilíbrio global, como eram os acordos de 1888 que proibiam a passagem de navios de guerra pelo Estreito de Dardanelles. O grau de ameaça demonstrado pelos britânicos foi suficiente para os russos compreenderem que estes falavam a sério. Desta forma aceitaram que as operações de busca e confiscação fossem restritas a zonas específicas.

O terceiro momento prende-se com o incidente que levou ao afundamento de navios de pesca britânicos, pela frota Russa do Báltico, na noite de 21 para 22 de Outubro de 1904. Tomados por torpedeiros japoneses, a frota russa do Báltico, alvejou-os, afundando-os no Mar do Norte. Desta vez o sentimento anti-russo na Grã-Bretanha foi de tal dimensão que quase arrastou a Grã-Bretanha para a participação no conflito. A diplomacia britânica exigiu que os russos assumissem a culpa e compensassem os proprietários dos navios e as famílias das vítimas. Relutantes em aceitar estas imposições, só a vigilância por perto da Frota do Canal da *Royal Navy* e uma pressão diplomática constante, levaram os russos a aceitar um tribunal internacional para resolver este problema. Possivelmente para evitar mais problemas com os britânicos, aquando da passagem no Canal de Suez, o Almirante Rozhdestvenski decidiu dividir a sua Esquadra, enviando o grosso, constituído pelos navios de maior porte, circum-navegando pelo Cabo da Boa Esperança, enquanto os restantes navios iriam pelo Canal de Suez para o ponto de reunião em Madagáscar.

Como é que de um relacionamento adverso entre Grã-Bretanha e Rússia, agravado durante a guerra russo-japonesa pelos três aspectos anteriormente referidos em que o último quase levou à guerra entre os dois países, se chega à aliança anglo-russa? E como considerá-la consequência da guerra russo-japonesa?

A aliança anglo-russa faz sentido como consequência da guerra russo-japonesa por dois aspectos distintos.

O primeiro, na aproximação da Grã-Bretanha à França e no papel que esta, como elemento resultante da intercepção da *Entente Cordiale* e da aliança franco-russa⁴⁷, desempenhou na sua aproximação.

O segundo, no próprio resultado militar do conflito, ou seja, ainda que a Rússia tenha saído “vitoriosa” no campo da paz, as realidades do campo de batalha e a perda de

domínios territoriais no Extremo Oriente depauperaram-na, deixando-a extraordinariamente frágil.

Relativamente ao primeiro aspecto, o papel da França que aqui defendemos como crucial para a aproximação da Grã-Bretanha à Rússia não seria possível se a Alemanha não tivesse criado condições fortemente propícias à sua aproximação. Porque vejamos, com a primeira crise marroquina (Março - Julho de 1905), ao contrário das suas intenções, a Alemanha testou a rusticidade da *Entente Cordiale*. A tentativa, ainda que secreta, do tratado de Bjorko a 23 Julho de 1905, que visava tirar a Rússia da aliança com a França e caminhar-se para uma vasta coligação continental, da qual a Grã-Bretanha seria excluída, constituiu uma chamada de atenção muito forte para a possibilidade desta ficar só, face a uma coligação continental. O governo britânico consciencializou-se portanto que tinha de se empenhar em contrariar os esforços germânicos de o isolar. Isto passa necessariamente por resolver os conflitos com outra potência continental europeia: a Rússia. Quem melhor do que a França para mediar essa aproximação?

O segundo aspecto importante para esta aproximação foi o resultado da própria guerra Russo-Japonesa. Enfraquecida pela guerra e pelas convulsões revolucionárias de 1905, a Rússia não estava em condições de prosseguir com a sua política de expansão na Ásia Central e no Extremo Oriente, que há vinte anos chocava com o obstáculo dos interesses britânicos. Pareceu portanto, razoável ao governo do Czar, resolver os litígios existentes para poder estabelecer relações mais amigáveis com Londres⁴⁸. Do lado Britânico, a perspectiva era a de que a Rússia, mesmo enfraquecida continuaria a ser uma ameaça à Índia e a única forma de aliviar esta pressão seria pela via diplomática⁴⁹.

As negociações não foram fáceis. Para além da tradicional rivalidade estratégica era quase contra natura uma aliança entre a mãe do parlamentarismo e lar do liberalismo e a mais reaccionária das autocracias. Com o empenho das duas e o patrocínio da França, a Convenção foi assinada a 31 de Agosto de 1907. A Grã-Bretanha renunciou ao Tibete onde tinha tropas e a Rússia ao Afeganistão. A Pérsia foi dividida em três zonas: “russa” ao norte, “Inglesa” ao sul e “neutra” no centro. Esta solução foi semelhante à que a França e a Grã-Bretanha tinham encontrado três anos antes para a resolução dos seus conflitos coloniais e que tinham estado na origem da *Entente Cordiale*.

Não implicava um compromisso de política geral, mas ao acabar com um passado de rivalidades e desconfiança, tornou possível uma colaboração diplomática entre a “baleia” e o “urso”⁵⁰.

A Tripla Entente

O entendimento amigável reforçado pelas conversações do estado-maior, de 1906 e os acordos anglo-russos de 1907 prolongaram a aliança franco-russa e constituíram, na Europa do início do século XX, um novo agrupamento de potências designado por *Tripla Entente*. Este agrupamento ainda não tinha solidez nem revestia a forma de uma verdadeira aliança. Mas num momento em que a Trílice se começou a desfazer e

pareceu condenada devido à atitude italiana, “a entente” apareceu como um agrupamento com o futuro à sua frente e não parou de se fortalecer apesar dos esforços do *Reich* para separar os países que a constituíam.

III.3. Relação entre os Estados Unidos da América e o Japão e Renovação da Aliança Anglo-Japonesa

Os progressos conseguidos pelo imperialismo nipónico eram suficientemente significativos para inquietar os concorrentes ocidentais, especialmente os Estados Unidos, cujos interesses corriam o risco de deparar com a concorrência japonesa, no Extremo Oriente e no Pacífico. O que os Estados Unidos temiam era a concorrência económica, que a longo prazo poderia ameaçar os seus interesses, mas temiam sobretudo as ambições territoriais do Japão, desconfiando que este cobixasse as recentes aquisições insulares dos Estados Unidos - Havai e as Filipinas⁵¹.

Existia um outro motivo de desconfiança entre os Estados Unidos e o Japão: o fluxo de emigrantes japoneses para a costa oeste dos Estados Unidos. Os habitantes de Los Angeles e de São Francisco não gostaram da “invasão” de japoneses que se foram concentrando nos bairros pobres e que constituíam uma mão-de-obra activa e barata, com grande peso no mercado de trabalho. Pressionado pela população, o governador do estado da Califórnia adoptou medidas discriminatórias para a imigração japonesa. Tóquio protestou contra estas disposições, com as quais, o próprio Presidente Roosevelt não concordou. Em 1907, Roosevelt conseguiu obter do Japão a limitação da emigração para os Estados Unidos, em troca da supressão destas medidas consideradas humilhantes⁵².

A manutenção do *status quo* no Pacífico foi estabelecida por acordo, entre os Estados Unidos e o Japão a 30 de Novembro de 1908, depois de uma demonstração de força, por posicionamento de uma esquadra americana no Pacífico.

Reforço da Aliança Anglo-Japonesa

Não menos importante foi a renovação da Aliança Anglo-Japonesa por um período de 10 anos. A Grã-Bretanha deu, explicitamente, “rédea larga” para o Japão na Coreia, salvaguardando somente, para todas as nações, a possibilidade de comércio. A aliança anterior era meramente defensiva; a nova aliança foi mais além e requeria a cooperação militar de ambos se qualquer um deles fosse atacado, mesmo por uma só potência⁵³. Os Americanos conseguiram que essa aliança nunca se voltasse contra si⁵⁴.

IV. Equilíbrio Internacional e Europeu

O argumento desta secção é o de que foi a guerra Russo-Japonesa que conduziu, directa e indirectamente, ao estabelecimento das alianças entre as potências mundiais que se haveria de manter até ao eclodir da 1ª Guerra Mundial. O curioso é que se tratou de um conflito fisicamente bem distante dos territórios pátrios das potências europeias, mesmo da própria Rússia, e que nenhuma delas, à excepção da Rússia, se empenhou

directamente com forças militares.

A verdade é que nenhuma das crises que decorreram no período de 1905 a 1914, e todas elas fisicamente bem mais próximas do que a Guerra Russo-Japonesa, foi capaz de alterar as alianças estabelecidas entre 1904 e 1907. O desenvolvimento deste sistema de alianças bipolar, tal como afirma Joseph Ney⁵⁵, foi uma das causas profundas para o eclodir da 1ª Guerra Mundial.

IV.1. Equilíbrio Internacional

O facto do Tratado de Portsmouth ter sido, na realidade um tratado de paz e não simplesmente um tratado que adiava a solução de um conflito, constituindo muitas vezes o prefácio à guerra seguinte, foi o primeiro contributo para um equilíbrio internacional já que envolvia também uma potência não-europeia. Este equilíbrio duraria quase trinta e cinco anos.

Tal como afirmámos anteriormente, as duas potências não europeias, os Estados Unidos e o Japão, interagindo entre si firmaram acordos que mantinham um *status quo* na região do Pacífico, o que também só viria a ser perturbado após pouco mais de três décadas. O Japão na Ásia e os Estados Unidos na América Latina, limitavam a expansão dos velhos imperialismos. Por outro lado, o continente africano não tinha praticamente mais territórios vagos. Os antigos impérios que teoricamente se mantiveram independentes, como a Turquia e a China, estavam divididos em zonas de influência sobre as quais se exercia praticamente o protectorado das grandes potências.

Já não era possível modificar o *status quo* mundial sem interferir com os interesses de um rival e desencadear uma crise internacional⁵⁶. A “partilha do mundo” estava praticamente acabada.

IV.2. Equilíbrio Europeu

O sistema de alianças na Europa tornou-se cada vez mais rígido. Em 1904, partindo da sua posição geográfica semi-isolada e como fiel da balança na costa da Europa, a Grã-Bretanha, partiu para uma aliança com a França. Em 1907, a parceria anglo-francesa alargou-se para incluir a Rússia (já aliada da França), que acabou por se tornar na *Tríplice Entente*. A Alemanha, vendo-se cercada, fortaleceu as suas relações com a Áustria-Hungria.

À medida que as alianças se tornavam mais rígidas perdeu-se a flexibilidade diplomática. Deixaram de se verificar os alinhamentos alternados que caracterizaram o equilíbrio de poder durante o tempo de Bismarck. Em vez disso, as maiores potências agregaram-se em torno de dois pólos⁵⁷. A partir de 1907 apenas duas forças se mantiveram em jogo na diplomacia europeia: a Tripla Entente e a Aliança entre a Alemanha e a Áustria⁵⁸. A Europa ficou dividida nestes dois blocos antagónicos. No interior de cada campo as rivalidades estavam atenuadas. Mas em contrapartida, estavam exacerbadas entre um campo e outro, tanto da França em relação à Alemanha, como entre o *Reich* e a Grã-

Bretanha a propósito de armamentos navais ou entre a Áustria-Hungria e a Rússia pela supremacia nos Balcãs⁵⁹.

Efectivamente colocar numa mesma aliança a Grã-Bretanha, França e Rússia era desafiar a história da segunda metade do século XIX. Durante este período, a Grã-Bretanha tinha estado em conflito com os russos, dos Balcãs ao Extremo Oriente, e não foi com o início do século XX que essa rivalidade diminuiu. Com a França, tradicional inimiga, a Grã-Bretanha tinha combatido muitas batalhas, da Guerra dos Cem Anos à Revolução e Napoleão. Agora, às portas do novo século, permaneciam rivais no domínio colonial, de África ao Extremo Oriente⁶⁰.

Kissinger, no seu livro "Diplomacia", caracteriza o equilíbrio europeu da seguinte maneira: "a Rússia estava ligada a uma Sérvia fervilhante de facções nacionalistas, terroristas até, e que, nada tendo a perder, não se preocupavam com o risco de uma guerra geral. A França tinha entregado um cheque em branco a uma Rússia ansiosa por restaurar a sua auto-estima depois da guerra Russo-Japonesa. A Alemanha tinha feito o mesmo por uma Áustria desesperada para proteger as suas províncias eslavas contra a agitação da Sérvia, que, por sua vez, era apoiada pela Rússia. As nações europeias tinham permitido tornar-se cativas dos clientes temerários dos Balcãs. Longe de conterem a paixão ilimitada e o sentido limitado de responsabilidade global destas nações, permitiram-se a si mesmas ser levadas pela paranóia de que os seus parceiros inquietos pudessem mudar de alianças se não lhes fosse feita a vontade"⁶¹.

IV.3. O teste das sucessivas crises

As alianças firmadas na sequência da guerra Russo-Japonesa, primeiro a *Entente Cordiale* e depois a *Tripla Entente* sofreram várias tentativas de desagregação por parte da Alemanha. Essas tentativas não visavam a simples destruição dessas alianças, queriam a constituição de um novo jogo de alianças com a Alemanha no epicentro e o isolamento da Grã-Bretanha.

A primeira crise decorreu ainda durante a Guerra Russo-Japonesa, já depois da batalha de Mukden, mas antes do desastre de Tsushima: foi a primeira crise Marroquina. A *Entente Cordiale* mostrou-se suficientemente forte para resistir à tentativa, por parte da Alemanha, de separar França e Grã-Bretanha. A Alemanha queria não só esta divisão como aspirava também a uma aliança germano-russa, à qual a França seria convidada a aderir. Na conferência de Algeciras, em Janeiro de 1906, a Alemanha ficou longe de conseguir os seus objectivos. Ao contrário do que esperava, a *Entente* resistiu e ao resistir com sucesso, ficou mais forte.

Com a crise Bósnia de 1908-1909 a *Tripla Entente*, uma vez mais, superou as adversidades mas sem a Rússia constatar na realidade, o que em teoria se sabe, que quando os interesses vitais não estão ameaçados, as alianças não são suficientes para levar os países a envolverem-se militarmente. Por esta razão, Grã-Bretanha e França ofereceram os seus bons ofícios e propõem à Alemanha que se lhes associe. A Rússia

conhecedora das posições da França e da Grã-Bretanha, da sua situação financeira e da possibilidade de ressurgimento do movimento revolucionário no seu interior recua no seu apoio à Sérvia. A Rússia apercebeu-se de que se quisesse evitar uma nova humilhação ou inclusive vingar esta, teria que reforçar as suas alianças e não evitá-las.

Como a conferência de Algeciras não tinha resolvido a questão de Marrocos, uma segunda crise foi aberta. Determinante para a resolução desta crise foi a atitude do governo britânico que quando ficou a par das exigências alemãs, considerando-as excessivas, tornou público a sua decisão de que, caso fosse necessário, daria apoio armado à França. Uma vez mais o resultado de uma crise não significou reordenar as alianças, mas sim, consolidou as já existentes. Se é certo que a Rússia fez pouco mais do que a França aquando da crise da Bósnia, a verdade é que a Grã-Bretanha não tendo uma aliança defensiva com a França, comportou-se como se a tivesse⁶².

As duas guerras balcânicas - Outubro de 1912 a Maio de 1913 e 26 de Junho a 10 de Agosto de 1913 - travaram-se em território europeu e mesmo assim foram insuficientes para alterar o equilíbrio de alianças que vinha do antecedente. O eventual arrastar das potências europeias para um conflito generalizado prendeu-se com os interesses, na região, de dois países de cada um dos blocos do sistema bipolar de alianças: a Rússia e a Áustria-Hungria. Na primeira guerra balcânica, antes da intervenção decisiva da Grã-Bretanha para evitar um conflito na Europa, França e Alemanha, ainda que inicialmente relutantes, preferiram dar o apoio aos respectivos aliados (Rússia e Áustria) caso estes se vissem envolvidos num conflito. Ou seja, a ameaça da guerra por manutenção das alianças foi mais forte do que evitar a guerra por sacrifício das mesmas. O mesmo se passou com a segunda guerra balcânica. Com os países balcânicos em guerra entre si, Áustria e Rússia não foram indiferentes ao que se estava a passar. Mesmo a Áustria, invocando o perigo da "grande Sérvia" foi incapaz de mobilizar os seus aliados da Tripla-Aliança.

Embora a região balcânica não fosse de interesse vital para todas as potências europeias, elas sabiam que dada a proximidade física e empenho da Áustria-Hungria e Rússia, poderiam ser arrastadas para um conflito. Desde 1912 que ambas as alianças tinham vindo a consolidar os seus laços, multiplicando compromissos e conversações militares. Quando em 28 de Junho de 1914, o arquiduque Francisco Fernando foi assassinado na cidade de Sarajevo, as alianças estavam de tal forma consolidadas que a guerra, opondo esses dois blocos, foi incontornável.

Existe ainda um outro ponto que merece uma pequena reflexão. Como é que a Grã-Bretanha, sempre tão insular, permitiu consolidar a *Tripla Entente*?

Tal como Lord Palmerston afirmava frequentemente "a Grã-Bretanha não tem amizades ou inimizades permanentes, tem somente interesses eternos". Destes interesses eternos, três eram básicos e foram por isso determinantes:

- controlo dos mares;
- controlo dos países baixos e os seus portos no Canal Inglês;

- a prevenção do controlo da Europa por uma só potência.

Ora no início do século XX, França e Rússia não ameaçavam nenhum destes interesses. Nem os dois últimos pareciam alguma vez serem ameaçados, contudo a Alemanha aventurava-se no primeiro: o controlo dos mares⁶³. Era isto que, contra os permanentes esforços da Alemanha, a Grã-Bretanha sabia que tinha de combater. Mas apesar das insistências da França e da Rússia, a Grã-Bretanha nunca permitiu a transformação da *Tripla-Entente* numa Tripla-Aliança, mantendo a sua liberdade de acção até à véspera da Primeira Guerra Mundial.

IV.4 A Guerra Russo Japonesa e o Plano *Schlieffen*

As repercussões ao nível do equilíbrio europeu traduziram-se não só no desenvolvimento de um sistema de alianças bipolar como também no próprio plano militar alemão, o Plano *Schlieffen*, que foi parcialmente adoptado no início da 1ª Guerra Mundial⁶⁴.

Quando o Marechal Alfred von Schlieffen deixou a chefia do Estado-Maior Alemão em Dezembro de 1905, deixou um plano detalhado para uma guerra futura com a França, Rússia e Grã-Bretanha, que seria travada em duas frentes. O estado debilitado do poderio militar russo como também parte dele se encontrar no Extremo Oriente muito contribuiu para a decisão do exército alemão concentrar o seu esforço na “frente francesa” deixando uma força menor a leste. A população da Rússia e por consequência a dimensão do seu exército (1.345.000 homens), mostrava-se aterrador no papel, mas menos determinante quando confrontado com a falta de caminhos de ferro para o deslocar e com a incompetência demonstrada com a derrota em 1905. Em Agosto deste mesmo ano e a respeito da prestação russa na guerra com o Japão, Schlieffen escrevia assim ao Chanceler alemão, Bernhard von Bulow: “a guerra mostrou que o exército russo é menos competente do que a opinião informada tinha previsto anteriormente e que a guerra o piorou em vez de o tornar mais eficiente... a história recente sugere que o exército russo não melhorará, pelo contrário, crescerá mais ineficiente. As actuais condições internas do nosso grande vizinho imperial não ajudarão certamente”(…) ⁶⁵.

Esta derrota sossegou a Alemanha da mesma maneira que assustou a França, razão pela qual, depois de 1908, esta começou a introduzir dinheiro na Rússia para modernizar as suas infra-estruturas económicas, em particular as linhas de caminhos de ferro, reequipar o seu exército num “Grande Programa” de reforma militar que deveria estar completo em 1917⁶⁶. Se a Rússia tivesse vencido o Japão ou simplesmente se a guerra se tivesse prolongado o suficiente para que, aos olhos das potências europeias, principalmente da Alemanha, a Rússia ficasse com a imagem de vencedora, talvez o Plano *Schlieffen* tivesse outra articulação das forças alemãs e quem sabe, outro desfecho. Assim Schlieffen consideraria que os russos retirariam para a vastidão do seu império e que levariam muito tempo a mobilizar.

O Plano *Schlieffen* não foi realizado nos termos propostos pelo seu autor, mas quase deu à Alemanha a vitória em 1914. O seu sucessor, Moltke “o mais novo”, não deverá ser

culpado por ter alterado o plano, mas por ter falhado a vitória quando esta era alcançável. Em último caso, a existência do Plano Schlieffen contribuiu para baralhar a decisão política nas vésperas da guerra⁶⁷.

Conclusão

Distante fisicamente do centro da Europa, ocorrendo em território que não era pátrio de nenhum dos países beligerantes e não envolvendo directamente as potências europeias (à excepção da Rússia), a Guerra Russo-Japonesa conseguiu influir decisivamente na criação do sistema bipolar de alianças que foi uma das causas profundas da Primeira Guerra Mundial.

Na sua origem esteve a persuasão ao Japão vitorioso da Guerra Sino-Japonesa, por algumas potências europeias (Alemanha, França e Rússia), em devolver os territórios conquistados por troca de uma maior indemnização da China. Na impossibilidade de pagar essa indemnização, a China recorreu à Rússia, que a troco lhe permitiu a “ocupação” dos territórios cedidos pelo Japão. Consciente da ameaça que a Rússia constituía uma vez instalada na Manchúria e a dominar Porto Artur, o Japão, ofendido com o desenrolar da situação, privado dos mercados e matérias primas dessa região, mas determinado pelo término do seu isolamento (graças à Aliança Anglo-Japonesa), atacou a Rússia.

Depois de dezasseis meses de guerra, o Japão, vitorioso não absoluto mas com os recursos financeiros e humanos no limite, não teve outra solução senão procurar a paz. A Rússia, por seu lado, derrotada mas inconsciente do poderio que detinha quando comparado com o do Japão, aceitou a paz. Os acordos foram efectivamente de paz pois ao não existir indemnizações por parte do país derrotado (a Rússia), permitiu que cada um dos beligerantes seguisse o seu caminho aceitando as consequências finais e não arrastando relações diplomáticas conflituosas entre devedores e vencidos.

No jogo de interesses das potências europeias, a guerra Russo-Japonesa, teve como consequências diplomáticas:

- A consolidação e aceleração da aproximação da Grã-Bretanha à França;
- A criação de condições para a convenção anglo-russa, para a qual a França desempenhou um papel crucial;
- A *Tripla Entente*, como corolário da aproximação sucessiva, primeiro entre a França e Grã-Bretanha, depois entre a Grã-Bretanha e a Rússia.

Em 1907 ficava consolidado um sistema de alianças bipolar - Tripla Aliança de um lado e a *Tripla Entente* do outro - que nenhuma outra crise, fora ou dentro da Europa foi capaz de alterar.

Bibliografia

Artigos

- ALVES, Rui Manuel, "Guerra Russo-Japonesa, Um Duelo entre Impérios", História, Nº 83, Setembro 1985, pp. 4-23.
- BENNETT, Col Drew A., "The Russo-Japanese war: Defining Victory", Marine Corps Gazette, Nov 2002, pp. 69-71.
- CHAPMAN, J.W.M., "British Use of "Dirty Tricks" in External Policy Prior to 1914", War in History, January 2002, Vol. 9, issue 1, pp. 60-81.
- FOLEY, Robert T., "The Origins of the Schlieffen Plan", War in History, April 2003, Vol 10, issue 2, pp. 222-232.
- LANE, Christopher, "The Unipolar Illusion. Why New Great Powers Will Rise", in The Cold War and After. Prospects for Peace, exp ed, Londres, MIT Press, 1993, pp. 244-290.
- McKERCHER, B.J.C., "Diplomatic Equipose: The Lansdowne Foreign Office. The Russo-Japanese War of 1904-1905, and the Global Balance of Power", Canadian Journal of History, Dezembro 1989, pp. 299-339.
- MONTEIRO, Artur N. P., "A Guerra Russo-Japonesa 1904-1905", Revista Militar, Vol 48º, 1996, pp. 177-210.

Livros

- HOLMES, Richard, The Oxford Companion to Military History, Oxford University Press, 2001, 1048 pp.
- HOWARD, Michael, The First World War, Nova Iorque, Oxford University Press, 2002, 154 pp.
- JUKES, Geoffrey, The Russo-Japanese War, "Essential Histories Nº 31", Osprey Publishing, 2002, 95 pp.
- KAGAN, Donald, On the Origins of War, Pimlico, 1997, 606 pp.
- KENNEDY, Paul, Ascensão e Queda das Grandes Potências, 4ª Edição Editora Campus, 1989, 675 pp.
- KISSINGER, Henry, Diplomacia, 1ª Edição, Gradiva, 1996, 793 pp.
- MILZA, Pierre, As Relações Internacionais de 1871 a 1914, "Coleção Nova Biblioteca 70", Edições 70, 1995, 198 pp.
- METRAUX, Daniel A., The White Peril in the Far East. An interpretation of the Significance of The Russo-Japanese War, EUA, Writers Club Press, 2003, 118 pp. Trata-se de uma reedição da obra de Sidney Lewis Gulick de 1905 com o mesmo título.
- NYE Jr, Joseph S., Compreender os conflitos Internacionais. Uma introdução à Teoria e à História, "Coleção Trajectos Nº 51", Gradiva, 2002, 304 pp.
- PERRET, Bryan, The Battle Book. Crucial Conflicts in History from 1469 BC to the Present, Londres, Arms and Armour Press, 1992, 349 pp.
- SCHIMMELPENNINCK VAN DER OYE, David, Toward the Rising Sun. Russian Ideologies and the Path to War with Japan, EUA, Northern Illinois University Press, 2001, 329 pp.
- WARNER, Denis & Peggy, The Tide at Sunrise. A History of the Russo-Japanese War 1904-05, Nova Iorque, Charterhouse, 1974, 659 pp.
- WESTWOOD, J.N., Russia against Japan, 1904-05. A new look at the Russo-Japanese War, Nova Iorque, State University of New York Press, 1986, 183 pp.

* O autor gostaria de agradecer a preciosa colaboração do Professor Doutor Carlos Motta.

** Major de Cavalaria. Frequenta no IAEM o Curso de Estado-Maior 2003/2005.

1 Sidney Gulick na sua obra *"The White Peril in the Far East: An Interpretation of the Significance of the Russo-Japanese War"*, refere que é a autores japoneses contemporâneos que se deve a classificação de *"Long Sleep"* para o período de 250 anos que antecedeu a reforma de Meiji que foi então o *"awakening"*.

2 Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, p. 203.

3 Christopher Lane, *The Unipolar Illusion. Why New Great Powers Will Rise*, p. 268.

4 Westwood, *Russia against Japan, 1904-05. A new look at the Russo-Japanese War*, p. 8.

5 Westwood, Op. Cit., p. 7.

6 Pierre Milza, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, p. 118.

7 Denis & Peggy Warner, *The Tide at Sunrise. A History of the Russo-Japanese War 1904-05*, p. 136.

8 McKercher, *Diplomatic Equipoise: The Lansdowne Foreign Office. The Russo-Japanese War of 1904-1905, and the Global Balance of Power*, p. 299.

9 Holmes, Richard, *The Oxford Companion to Military History*, p. 140.

10 McKerchen, Op. Cit., p. 299.

11 Warner, Op. Cit., p. 141.

12 Paul Kennedy, Op. Cit., p. 244.

13 Pierre Milza, Op. Cit., p. 124.

14 Westwood, Op. Cit., p. 16.

15 Para além destas parcerias houve outros "trabalhos" de bastidores como por exemplo a Grã-Bretanha monitorizar as comunicações da França e Rússia, e facultar comunicações seleccionadas ao Japão. Sobre este assunto ver Chapman, J.W.M., British Use of "Dirty Tricks" in External Policy Prior to 1914, *War in History*, January 2002, Vol. 9, issue 1, pp. 60-81.

16 Michel Mourre, *Dicionário da História Universal*, Vol III, 1ª edição, Edições Asa, 1998, p. 1409.

17 David Schimmelpenninck van der Oye, *Toward the Rising Sun. Russian Ideologies and the Path to War with Japan*, p. 197.

18 Idem.

19 Pierre Milza, Op. Cit., p. 102.

20 Richard Holmes, *The Oxford Companion to Military History*, p. 795.

21 Idem.

22 Westwood, *Russia against Japan, 1904-05. A new look at the Russo-Japanese War*, p. 35.

23 Geoffrey Jukes, *The Russo-Japanese War*, p. 22.

24 Geoffrey Jukes, Op. Cit., p. 23.

25 Artur Monteiro, A Guerra Russo-Japonesa 1904-1905, *Revista Militar*, Volº 48, 1996, p. 184.

26 Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, p. 205.

27 Richard Holmes, op. cit., p. 795.

28 Bryan Perret, *The Battle Book. Crucial Conflicts in History from 1469 BC to the Present*, p. 216.

29 Pierre Milza, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, p. 136.

- 30 Westwood, Op. Cit., p. 155.
- 31 Henry Kissinger, Diplomacia, p. 32.
- 32 Idem.
- 33 Westwood, Op. Cit., p. 153.
- 34 Idem, p. 155.
- 35 Idem, p. 157.
- 36 Idem, p. 159.
- 37 Pierre Milza, Op. Cit., p. 137.
- 38 Paul Kennedy, Op. Cit., p. 215.
- 39 Denis & Peggy Warner, The Tide at Sunrise. A History of the Russo-Japanese War 1904-05, p. 145.
- 40 Pierre Milza, Op. Cit., p. 142.
- 41 Henry Kissinger, Op. Cit., p. 162.
- 42 Paul Kennedy, Op. Cit., p. 245.
- 43 Pierre Milza, Op. Cit., pp. 144-145.
- 44 McKercher, B.J.C., Diplomatic Equipoise: The Lansdowne Foreign Office. The Russo-Japanese War of 1904-1905, and the Global Balance of Power, p. 320.
- 45 Os três aspectos aqui apresentados são atribuídas ao ministro britânico, Lord Lansdowne, em McKercher, B.J.C., Op. Cit., pp. 322-325.
- 46 *Prize courts*, no original, tribunal existente no Almirantado que decide sobre as presas marítimas.
- 47 A pedra angular da política externa Russa era a sua aliança com a França, que a protegia de um eventual ataque alemão e, através dos empréstimos dos bancos franceses, providenciava a vitalidade necessária para a recuperação militar e crescimento económico.
- 48 Pierre Milza, Op. Cit., p. 149.
- 49 Ronald Kagan, On the Origins of War, p. 151.
- 50 Pierre Milza, Op. Cit., p. 149.
- 51 Idem, p. 138.
- 52 Idem.
- 53 Denis & Peggy Warner, Op. Cit., p. 564.
- 54 Pierre Milza, Op. Cit., p. 138.
- 55 Joseph Nye Jr, Compreender os conflitos Internacionais. Uma introdução à Teoria e à História, pp. 90-91.
- 56 Pierre Milza, Op. Cit., p. 153.
- 57 Joseph Nye Jr, Op. Cit., p. 84.
- 58 Henry Kissinger, Op. Cit., p. 164.
- 59 Pierre Milza, Op. Cit., p. 153.
- 60 Donald Kagan, Op. Cit., p. 144.
- 61 Henry Kissinger, Op. Cit., p. 167.
- 62 Pierre Milza, Op. Cit., p. 166.
- 63 Kissinger, Op. Cit., p. 167.
- 64 A ideia de que o Plano Schlieffen é consequência directa das alterações de poder resultante da Guerra russo-japonesa é apresentada sucintamente em Artur N. P. Monteiro, "A Guerra Russo-Japonesa 1904-1905", Revista Militar, Vol 48º, 1996, pp. 205-206.

65 Citado na obra FOLEY, Robert T., "The Origins of the Schlieffen Plan", War in History, April 2003, Vol 10, issue 2, pg 227 sendo a origem identificada na nota de rodapé 27 como sendo Schlieffen to Bulow, 10 June 1905, in Foley, Schlieffen's Military Writings, p 160.

66 Michael Howard, The First World War, p. 24.

67 Richard Holmes, The Oxford Companion to Military History, p. 808.